

História e política, ou a arte de fazer escolhas

History and politics, or the art of making choices

Historia y política, o el arte de hacer elecciones

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.

Resumo

O presente artigo propõe a reflexão não apenas sobre o ofício do historiador, mas de sua atividade enquanto agente político. Partindo de um breve resgate da etimologia das palavras *história e política*, discute-se, nesta pesquisa, o papel exercido sobre a escrita da história e a força das decisões políticas de quem a produz. A atividade do historiador ocorre a partir da delimitação de diversos prismas, como a escolha de objetos, de metodologias e de aportes teóricos, o que contribui na identificação do posicionamento do profissional, do mesmo modo como o caráter político da atividade do historiador. Este trabalho procura apresentar algumas respostas para questões acerca da atividade do historiador como um gesto político e a escrita de textos historiográficos, assim como a impossibilidade de os mesmos serem considerados isentos ou neutros.

Palavras-chave: Escrita da história. Política. Escolhas políticas.

Abstract

The present article proposes the reflection not only on the office of the historian, but of his activity as a political agent. Starting from a brief rescue of the etymology of the words history and politics, in this research we discuss the role played in the writing of history and the force of the political decisions of those who produce it. The activity of the historian occurs from the delimitation of several prisms, such as the choice of objects, methodologies and theoretical contributions, which contributes to the identification of the position of the professional, in the same way as the political character of the historian's activity. This paper tries to present some answers to questions about the activity of the historian as a political gesture and the writing of historiographical texts, as well as the impossibility of being considered exempt or neutral.

Keywords: Writing of history. Politics. Politics choices.

Resumen

El presente artículo propone la reflexión no sólo sobre el oficio del historiador, sino de su actividad como agente político. A partir de un breve rescate de la etimología de las palabras historia y política, se discute, en esta investigación, el papel ejercido sobre la escritura de la historia y la fuerza de las decisiones políticas de quien la produce. La actividad del historiador ocurre a partir de la delimitación de diversos prismas, como la elección de objetos, de metodologías y aportes teóricos, lo que contribuye en la identificación del posicionamiento del profesional, del mismo modo como el carácter político de la actividad del historiador. Este trabajo busca presentar algunas respuestas para cuestiones acerca de la actividad del historiador como un gesto político y la escritura de textos historiográficos, así como la imposibilidad de los mismos ser considerados exentos o neutros.

Palabras clave: Escritura de la historia. Política. Elecciones políticas.

Introdução

O que faz da atividade do historiador um gesto político? Por que a escrita da história é inseparável da tomada de posicionamentos de ordem política? Por que nenhum texto historiográfico pode ser considerado apolítico, neutro ou isento? São a essas questões que procurarei dar algumas respostas neste breve texto.

Como sabemos, a história é um discurso voltado para investigar os feitos humanos. A própria etimologia da palavra história a remete para uma atividade de pesquisa ou de investigação sobre acontecimentos dos quais participaram os seres humanos. Surgida na sociedade da *polis* grega, a história nasce comprometida com a função de não deixar no esquecimento as ações que pudessem ser consideradas exemplares e/ou modelares dos homens. Podemos, portanto, de saída, associar a operação historiográfica a uma atividade voltada para a produção da glória e da fama daqueles que teriam merecido renome por seus feitos heroicos, por suas ações em benefício da cidade, da *polis*, de seu bom governo (CUNHA, 2010, p. 340). Ora, por seu turno, a etimologia da palavra política remete, justamente, ao bom governo da cidade, àquele cidadão, àquele habitante da cidade que dedicava suas ações ao benefício da *polis*. Podemos dizer, então que, se a política é a arte de bem governar a *polis*, se é o conjunto de ações voltadas para o benefício da cidade, a história seria o registro desses feitos e a memória dessas ações para servirem de exemplo às gerações futuras (CUNHA, 2010, p. 509).

Tanto no exercício da arte da política, como no exercício da arte da escrita da história, um gesto se tornava inevitável: o gesto de fazer escolhas, de eleger, de optar. No campo das diatribes e da dialética dos embates políticos no interior da *polis*, cabia ao cidadão tomar partido, escolher uma posição no semicírculo da ágora, tomar assento ao lado de dada facção, se deslocar entre distintos posicionamentos (MACK, 2015). Daí, porque, ainda hoje, usamos a expressão “tomar posição” para nos referirmos ao ato de fazer uma escolha, de realizarmos uma opção no campo da política. Ora, na hora de escrever o seu relato sobre os acontecimentos que testemunhou ou que a ele foi relatado, o *histor* também haveria de fazer escolhas. Em primeiro lugar, teria que selecionar aquilo e aqueles que jugava ser relevantes ou dignos de registro. Assim como no campo político havia que se realizar uma hierarquia das escolhas e das opções, o *histor* também deveria hierarquizar os eventos e os feitos a serem relatados. Da mesma forma que não seria possível ao

cidadão da *polis* escolher todas as posições políticas, estar em todos os lugares de posicionamento, ao *histor* era vedada a possibilidade de tudo contar ou de tudo narrar. Sendo um gênero narrativo voltado para agradar a mesma audiência que participava do mundo da política e do teatro, o texto do *histor* grego devia ser pensado dentro de regras retóricas e de exposição voltada para tornar a apresentação pública do texto histórico, ao mesmo tempo, agradável, razoável e convincente (HARTOG, 2014; FINLEY, 1994). A escolha do enredo, dos personagens, dos temas, dos emblemas e das cenas que seriam colocadas sob os olhos da assistência, fazia do texto do historiador um gesto político desde o seu nascedouro, já que o gesto que define a atividade política é o gesto de eleger, de escolher, de optar, de tomar posições e atitudes nascidas da tomada de partido em uma disputa, em um debate, em um conflito. Se o historiador faz escolhas antes mesmo de iniciar a escrita de seu texto, ele já pratica, de saída, um gesto político.

Aquilo que modernamente chamamos de escolha do objeto, ou de escolha da problemática, faz da atividade do historiador, desde os seus passos iniciais, uma atividade política. Como nos fala Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história* (1987), cabe ao historiador, situado no presente, situado e condicionado pelo agora, vivendo dados momentos de perigo, escolher que passado ele quer redimir, ou seja, presentificar, trazer de novo ao convívio com o presente em sua diferença, em sua descontinuidade (BENJAMIN, 1987, p. 222-232). Para Benjamin, o que ele nomeia de “historiador materialista histórico” seria aquele que ao ter que fazer escolhas sobre o que narrar do passado, escolheria narrar as brasas de esperança, os farrapos de bandeiras, os fragmentos dos sonhos e desejos dos vencidos, que jazem esquecidos, abandonados sob as cinzas das batalhas perdidas. Dependendo do fragmento de passado que o historiador escolher redimir, ele pode, no seu choque com o tempo presente, no seu choque com o agora, produzir iluminações sobre o sentido da própria existência humana, dando qualidade e espessura ao próprio tempo que passa e que flui. Para Benjamin, cabia ao historiador, preocupado com que os vencedores não continuassem sempre vencendo, romper com a visão do tempo que emergiu com a modernidade e que foi incorporada, legitimada e reproduzida pela história historicista, ou seja, um tempo vazio e homogêneo, um tempo universal e atravessado por uma força teleológica que o arrasta inexoravelmente na direção de um dado futuro; um tempo determinista, mecânico

e infenso às escolhas. O que Benjamin está apontando, no texto que escreveu no momento de perigo da vitória do fascismo, é que a escrita da história é inseparável, inclusive, de uma opção por uma dada visão de tempo, da escolha de um dado conceito de tempo¹. Como deixa claro, a forma de pensar o tempo e de representá-lo, de narrá-lo, tem claras implicações políticas. O tempo vazio e homogêneo, o tempo atravessado pelo mito do progresso, era inseparável, para ele, da vitória do fascismo e da derrota da social-democracia que, aderindo a essa visão de tempo, ficou prisioneira da mesma mitologia de seus inimigos e não conseguiu ter armas para combatê-los.

Para o antropólogo britânico Tim Ingold, a temporalidade histórica é feita de múltiplas linhas de tempos, que se cruzam, que se tecem, que se enovelam como uma malha (INGOLD, 2015a). É impossível para qualquer historiador percorrer a multiplicidade das linhas temporais que um dado momento histórico implica. Enovelado na própria trama do tempo, o historiador é um tecelão de tempos, um artesão e um artista que tem que escolher algumas linhas de temporalidades para percorrer, discorrer e tramar. Em meio a um sem número de linhas do tempo, o historiador, que já é um produto do cruzamento de muitas destas linhas, uma espécie de nó no tecido do tempo, tem que escolher que linhas temporais ele vai desfilar, que linhas do tempo vai tratar, que linhas do tempo vai urdir em uma dada trama. Ao escolher dadas temporalidades e não outras, o historiador está se posicionando, está elegendo, está optando, está, portanto, praticando um gesto político. Como apontava Benjamin, ao utilizar a alegoria do quadro de Paul Klee, *Angelus Novos*, o historiador, como o anjo da história, ao olhar para o passado pode apenas divisar uma catástrofe sem fim, e sendo historiador brasileiro, mais ainda. O historiador, como o anjo aterrorizado de Klee, vê acumular sob os seus pés todas as carnificinas, os genocídios, os crimes, as dores, as mutilações, as destruições que os homens foram capazes de fazer ao longo do tempo. Essa história catastrófica é, para Benjamin, a história dos vencedores (BENJAMIN, 1987, p. 226). Eles não deixam pedra sobre pedra, eles não se pejam de calcar sob seus pés qualquer esperança, qualquer sonho, qualquer utopia, qualquer desejo que atravessasse ou tente barrar o seu caminho de conquista, poder, dominação e exploração. Olhando, mesmo

para os grandes monumentos vindos do passado, para as ruínas que testemunham a grandiosidade das glórias passadas e perdidas, Benjamin não deixa de lembrar que todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie (BENJAMIN, 1987, p. 225). Como perguntará o seu dramaturgo preferido, Bertold Brecht, quantos não morreram para que fosse erguida cada grande pirâmide e cada grande palácio? Que escravidões e submissões não foram necessárias para se erguer a ponte ou o edifício monumental? Onde estão hoje os pedreiros que ergueram as sete maravilhas do mundo? Mas, esse mesmo anjo pode mirar de forma diferenciada e procurar sobre os escombros o que restou dos sonhos e das esperanças daqueles que tombaram vencidos. Ele pode optar por resistir à tempestade que sopra do paraíso e o impele em direção a um futuro desconhecido e do qual não tem nenhum controle. Ele pode optar por descer até ao arquivo das cinzas e da poeira para, entre os seus grãos e em meio a seus despojos, colecionar pequenos diamantes que são as pequenas e cotidianas vitórias dos vencidos, vasculhando as pegadas, os rastros, os restos das escaramuças que antecederam a derrota final.

A história é política porque implica sempre escolher, na frequência dos arquivos, o que se vai transformar em fonte e o que dela vai jorrar. Antes de mais nada, o historiador deve perder a inocência diante do próprio arquivo; ele também é fruto de escolhas, de opções, de eleições. O arquivo fala de suas escolhas desde a sua materialidade mesma, quase sempre ignorada e perdida para os historiadores. Tim Ingold chama atenção para a grande contradição de historiadores que se dizem materialistas mas que desmaterializam o mundo, transformando-o em um mundo conceitual, abstrato e categórico (INGOLD, 2015b, p. 49-69). Os historiadores costumam ir ao arquivo mas não se aterem a dimensão material, a materialidade de seu prédio, de seus equipamentos, de seus documentos. Fascinados pelo que dizem ou informam os documentos, toda dimensão física do arquivo se perde e com ela toda uma historicidade, linhas temporais que nos podem levar a fazer escolhas diversas daquelas comumente feitas. É um gesto político olhar para a materialidade do mundo, para as matérias de que o mundo, de que os homens são feitos. É um gesto político trazer o corpo para o centro da narrativa histórica, o corpo em sua materialidade passível de corrupção pelo tempo, em sua carnalidade, em sua sanguinidade. Chega de uma historiografia asséptica, feita para fazer o luto e rapidamente nos livrar da imagem chocante dos grandes crimes cometidos pela humanidade. Crimes

¹ Sobre o assunto, consultar: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 101-180.

contra os próprios homens e mulheres, crimes contra os animais, crimes contra a natureza, crimes contra os objetos. Teve consequências políticas desastrosas uma historiografia que abordou todas as nossas ditaduras e nunca se dispôs a contar em detalhes como seus crimes atingiram os corpos vivos e sofredores dos homens e mulheres. Uma historiografia que transformou tortura em um conceito e nunca foi capaz de narrar uma cena sequer de alguém sendo torturado, desmaterializando, descarnalizando esse crime vil, a ponto de termos hoje quem elogie publicamente torturadores e mesmo assim receba um impensável apoio de parcela da sociedade. Ditadura também se tornou um conceito, uma abstração, à medida que não fizemos a opção política por materializá-la em nossas narrativas, em nossos livros, em nossas aulas.

Como nos fala Hans Ulrich Gumbrecht, o historiador escolhe o que faz presente e como faz presença em seus escritos (GUMBRECHT, 2010). Como podemos fazer presente algo para o qual não atentamos, da qual ignoramos sua materialidade? O pensador alemão lembra da importância que os românticos atribuíam às marcas materiais deixadas pelo passado, como se entusiasmavam com a frequência de ruínas, de cavernas, com a presença do mofo, do bolor, das nódoas e das marcas do tempo presentes nos objetos, com o odor das coisas vindas do passado. Para eles o passado devia ser uma experiência sinestésica, devia nos invadir por todos os sentidos, ao invés do privilégio dado ao olhar, à visão pela historiografia profissional moderna. Cada vez menos a história é uma experiência de vida, cada vez mais ela é apenas um registro, um relato escrito pelo qual alguns se interessam e a maioria nem sempre. O desgaste, ou a crise da política moderna, parlamentar, burguesa, liberal, anda a par com a crise de legitimidade e interesse pela história. Não creio que seja mera coincidência que o crescente desinteresse pela política seja acompanhado por um crescente desinteresse pela história. Vivemos em um mundo em que, cada vez menos, as pessoas querem se posicionar publicamente, coletivamente, gesto fundador da política e da historiografia. Vivemos em uma realidade social marcada pelas escolhas privadas, individuais, narcísicas, egóicas, individualistas. Vivemos na sociedade do *privé*, do *personalité*, do *personal*, das escolhas publicizadas, mas não públicas. Até o prato que escolhemos comer no restaurante é publicizado através das redes sociais, mas essa é uma escolha individualíssima, personalíssima, que apenas está sendo comunicada aos demais, ninguém participou verdadeiramente dessa escolha. Como há tempos já

apontava Richard Sennett (1999), estamos diante do declínio do homem público, da emergência das subjetividades neoliberais marcadas pelo fascínio do privado, do íntimo, do exclusivo, do pessoal, o que leva a um desinvestimento coletivo na vida pública, na vida política (abandonada aos gestores ou aos profissionais do gênero) e, por conseguinte, um desinvestimento na pretensão de se fazer história, de se ser sujeito da história enquanto construção coletiva e não como uma construção individual. A explosão das escritas memorialísticas e biográficas, o interesse crescente pela vida privada, as egotripes mostradas em rede nacional, transformadas em livros, documentários, programas via internet, parecem nos levar à ameaça da própria ruptura do tecido social. Assim como tivemos o fim das comunidades (e o revival comunitário é um indício a ser levado em conta), parece que caminhamos para o fim da sociedade. Como serão possíveis a política e a história sem vida social?

Os meios de comunicação de massa têm papel destacado na mudança nas formas de se fazer política e de se narrar e fazer a história. François Hartog (2013) já apontava para o fato de que a construção dos eventos históricos é feita hoje, de modo privilegiado, pelos meios de comunicação. É como se tudo pudesse se tornar história no mesmo momento em que ocorre, já que o relato jornalístico acompanha e configura discursivamente em ato o próprio evento. Cada evento sendo logo descartado, após narrado, por outros que vierem a ocorrer. O historiador, mesmo aquele que agora se propõe a fazer uma história do tempo presente ou uma história pública, parece sempre chegar atrasado, sendo atropelado pelo relato jornalístico. Os meios de comunicação, chamados significativamente de quarto poder, têm investido, em grande parte do mundo ocidental, na desqualificação dos outros poderes e na criminalização da própria atividade política, o que confere a eles o progressivo monopólio da fala pública e da atividade política. O mesmo ocorre com a narrativa da história. O entrevista entre o jornal *O Estado de São Paulo* e o grupo de historiadores reunidos sobre o lema “Historiadores pela Democracia”, em torno da conceituação, leitura e narrativa dos eventos que levaram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, deixa claro que os meios de comunicação não só querem e fazem política, todos os dias, escolhendo o que noticiam, o que mostram, o que escondem, como mostram, quando mostram, como dizem, como focalizam, como narram, como hierarquizam os conteúdos etc, mas também querem se tornar o lugar de narração e construção dos eventos

históricos. Como pretensiosamente dizia Roberto Marinho, durante a ditadura militar: “se não aparecer no Jornal Nacional não existe”.

Política e história se encontram nesse necessário embate entre uma historiografia com pretensões científicas, uma historiografia legitimada pela observância das regras de produção definida pelos pares, submetida a publicidade e a crítica da comunidade, obedecendo aos protocolos de produção definidas pela universidade, e os profissionais que atuam nos meios de comunicação, aos quais se incorporam, cada vez mais, vistosos e inteligentes colegas, que se dedicam a produzir uma narrativa historiográfica *prêt-à-porter*, voltada para agradar a audiência, para legitimar as posições políticas e os interesses empresariais dos donos das empresas de mídia e daqueles que os financiam². O historiador tem que abandonar a sua prisão ao texto escrito, tem que se fazer presente cada vez mais em outros meios de veiculação e produção de relatos, tem que fazer as suas obras chegarem ao grande público através de outras formas narrativas e através do recurso a outras formas de comunicação e difusão. Se lá entre os gregos o *histor* já tinha uma preocupação com a veiculação de seu texto na cidade, com a sua apresentação ao público, cabe aos historiadores deixarem de falar apenas para seus pares, abandonar o aprisionamento na academia e descer até a rua, onde a montanha de escombros dos vencidos não para de se acumular. Ao invés de anjos aterrorizados ou anjos polianas, arrancar as asas e descer à terra, ao chão, ao solo, pois nele é que nossos pés podem andar. Os nossos tempos de perigo exigem historiadores que pratiquem não mais os messianismos políticos de outrora, submetendo seus relatos históricos a uma temporalidade futurista, em que o que viria, o amanhã, a aurora, já prometidas, já previamente imanentes ao processo histórico, justificavam a prática historiadora, como prática de antecipação e militância. Vivemos agora, tempos presentes, cheios de possibilidades de não haver sequer futuro para a espécie, para as espécies, para a natureza, para a terra, para a democracia, para tanta coisa mais. Por isso, a atitude política mais radical para um historiador, hoje, é olhar para o passado com os olhos no presente e não no futuro, porque dependendo de como se desenrole nosso presente, o futuro pode nem chegar. No momento de perigo, como nos ensinou Benjamin, o que importa é dar a mão, dar a

voz àqueles que tombaram vencidos antes de nós, para dar seguimento, para dar consequência, para redimir seus projetos, suas esperanças, seus sonhos, seus desejos, suas ações e reações. Como nos diz Jacques Derrida, no belo livro **Espectros de Marx** (1994), se temos um compromisso com o pensador alemão, não é o de repetir as suas ideias, os seus conceitos, dogmaticamente; não é o de repetir o que dizem os seus livros, o que dizem os seus textos, fazendo deles mera citação acadêmica. Devemos ter compromisso é com a sua atitude de se colocar ao lado dos que menos podiam e dos que menos tinham, em seu tempo, embora não tenha sido de todos. Se o seu espectro ainda incomoda uma direita hidrófoba, não é pelo que disse ou escreveu (eles nunca leram uma linha de sua obra), mas seu espectro continua rondando nosso presente, pois a linha de tempo que sua vida e sua obra representam ainda habita nosso tempo, ainda não se esgarçou ou se rompeu, apesar de todos os esforços feitos para isso, porque representaram uma tomada de atitude, uma ação, a colocação da vida e da inteligência a serviço do que julgava ser os explorados e os oprimidos. Com esse Marx, e por que não com esse Engels, continuamos tendo uma enorme dívida e um grande compromisso, que é o de não deixar o seu espectro desaparecer. Ele, como um fantasma das obras de Shakespeare, o seu autor preferido, vem obsedar e mover, ainda, a vida do tempo presente. Ele é um corpo e um *corpus* de esperança, desde que não seja mais um corpo de espera por um futuro utópico, que sempre se afasta como um horizonte inalcançável.

Ao escrever história, o historiador tem que fazer escolhas, tem que definir do lado de quem vai ficar, quais são seus companheiros no passado, de quem vai querer se acompanhar. O historiador deve escolher de que espectros, de que fantasmas vai se tornar o cavalo, de qual o espírito vai querer ser o médium. O historiador tem que optar por ser o ventríloquo de vozes que jazem caladas sob pilhas de tempos. Ele tem que escolher de quem vai querer ser o porta-voz, a quem vai querer dar a palavra, mesmo que seja sempre ele que fale. O historiador terá a enorme responsabilidade de descrever (embora durante muito tempo tenha se envergonhado disso), de desenhar perfis, de construir cenas, de dotar de imagens dados tempos, dados eventos, dados personagens. Terá que escolher, pois, que topografia e que topologia irá dar a seus eleitos. Terá que escolher enredos, argumentos, figurações, enquadramentos, e em tudo isso estará presente a dimensão política. Nesse tempo de prevalência da imagem visual, a escolha em que imaginário enquadrar o personagem e o evento

² Sobre o assunto, consultar, por exemplo, VILLA, Marco Antônio. **Década perdida**: dez anos de PT no poder. São Paulo: Record, 2013.

é uma decisão política decisiva a ser tomada pelo historiador.

Quando um historiador questiona a forma como um outro faz história, é uma atitude radicalmente política, nada tem de apenas epistemológica ou metodológica. Os historiadores se desentendem e se entendem por questões políticas, inclusive por causa das dimensões políticas do próprio ofício. Há uma política e uma polícia do ofício, que preside a observância das regras que dirigem a realização da pesquisa histórica, normalmente conhecida como método, que orienta e codifica a escrita da história, que define um lugar para essa produção, que impõe limites éticos e morais ao que é afirmado ou negado acerca dos eventos e personagens do passado. Em todos esses momentos a política se faz presente, pois em todos eles a arte de fazer escolhas, justificá-las e legitimá-las se apresenta, é exigida, se torna um imperativo colocado pela própria academia, como pela sociedade em que essa produção acontece. O campo profissional é também um lugar de lutas políticas, de conflitos por poder e hegemonia, de disputas em torno de reconhecimento, prestígio, cargos, recursos, prebendas e comendas. O mercado editorial também abre outro campo de disputas e de enfrentamentos com dimensões políticas claras. A escolha do que é publicado e publicável, a escolha de onde e como se publica, também fazem parte da dimensão política da profissão de historiador. Vivemos sempre tendo que exercitar a arte de fazer escolhas e, portanto, a arte de fazer política.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Magia e Técnica, Arte e Política, v. 1).
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- FINLEY, Moses I. **História antiga**: testemunhos e modelos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. <https://doi.org/10.26512/hh.v1i1.10714>
- INGOLD, Tim. **Líneas**: uma breve história. Barcelona: Gedisa, 2015a.
- INGOLD, Tim. Materiais contra a materialidade. *In*: INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015b.
- MACK, William. **Proxeny and polis**: institutional networks in the Ancient Greek World. Oxford: Oxford University Press, 2015. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198713869.001.0001>
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VILLA, Marco Antônio. **Década perdida**: dez anos de PT no poder. São Paulo: Record, 2013.

Recebido em: 15/5/2019.

Aprovado em: 8/7/2019.

Publicado em: 30/9/2019.

Endereço para correspondência:

Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Rua Baraúnas, 351 – Universitário
58429-500, Campina Grande, PB, Brasil

Autor/Author:

DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR durvalaljr@gmail.com

• Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor visitante da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil; professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenador do Comitê da Área de História do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

 <https://orcid.org/0000-0003-4153-9240>

• PhD in History from the State University of Campinas (Unicamp). Visiting Professor at Paraíba State University (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brazil; Permanent Professor of the Graduate Programs in History of the Federal University of Pernambuco (UFPE) and Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). Coordinator of the History Area Committee of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

• Doctor en Historia por la Universidad Estatal de Campinas (Unicamp). Profesor visitante en la Universidad Estatal de Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil; Profesor permanente de los programas de posgrado en historia de la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE) y de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (UFRN). Coordinador del Comité del Área de Historia del Consejo Nacional para el Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq).